

regulamentar (CF, art.49, V).

Segundo a prof. Maria Sylvia Di Pietro, "além do decreto regulamentar, o poder normativo da Administração ainda se expressa por meio de resoluções, portarias, deliberações, instruções, editadas por autoridades que não o Chefe do Executivo. Note-se que o art. 87, parágrafo único, inciso 11, outorga aos Ministros de Estado competência para 'expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos'. Há ainda os regimentos, pelos quais os órgãos colegiados estabelecem normas sobre seu funcionamento interno.

Em qualquer situação, o ato normativo não pode contrariar a lei, nem criar direitos, impor obrigações, proibições, penalidades que nela não estavam previstos, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade (arts. 5º, 11, e 37 *caput* da Constituição). Cumpre ainda salientar que o Controle de Constitucionalidade exercido pelo STF, como base no art. 102, I, a da Constituição, abrange não só a lei como também o ato normativo federal ou estadual; por outras palavras, abrange também qualquer ato normativo baixado por órgãos administrativos."

8 ? Bens Públicos

8.1 Espécies

O art. 99, do Código Civil, estabelece classificação dos bens públicos em espécies, mediante divisão tripartite, considerando a afetação (destinação) do bem:

a) "de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças."

b) "de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias."

c) "os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades."

Depreende-se dessa classificação que as duas primeiras modalidades de bens públicos possuem destinação pública, enquanto que os bens dominicais (ou dominiais) não a possuem. Por isso, Maria Sylvia Zanella di Pietro, sob o aspecto jurídico, propõe a bipartição dos bens públicos em:

a) **bens do domínio público** do Estado, abrangendo os de uso comum do povo e de uso especial. Submetidos ao regime jurídico de direito público.

b) **bens do domínio privado do Estado**, comportando os bens dominicais. Submetidos ao regime jurídico de direito privado.

8.2 Bens do Domínio Público do Estado

Conforme classificação acima, os bens do domínio público comportam os bens de uso comum do povo e os bens de uso especial, encontrando-se submetidos ao regime jurídico de direito público.

Apenas a título de esclarecimento, cumpre-se notar que a expressão **domínio público** é equívoca, posto que admite muitos significados. Hely Lopes Meirelles, por exemplo, a utiliza, em sentido restrito, para designar apenas os bens de uso comum do povo, sendo também tida, em sentido muito amplo, como denominação de todos os bens pertencentes às pessoas de direito público (União, Estados, Municípios, Distrito Federal, Territórios, Autarquias e Fundações Públicas).

Bens de uso comum do povo "são aqueles que por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração". Exemplos: ruas, praças, estradas, águas do mar e rios navegáveis.

Bens de uso especial "são todas as coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela Administração Pública para realização de suas atividades e consecução de seus fins". São os bens utilizados pela Administração na prestação de serviços públicos (em sentido amplo, abrangendo toda a atividade de interesse geral exercida pelo Poder Público), por isso considerados instrumentos desses serviços. Compreendem os prédios de repartições públicas, os veículos da Administração, os mercados municipais, os cemitérios públicos, o aeroporto, etc.

Maria Sylvia Zanella di Pietro assevera que "as terras indígenas são bens públicos de uso especial; embora não se enquadrem no conceito do art. 66, II, do Código Civil (correspondente ao art. 99, II, do Código Civil Atual), a sua afetação e a sua inalienabilidade e indisponibilidade, bem como a imprescritibilidade dos direitos a ela relativos, conforme previsto no § 4º, do art. 231, permite inclui-las nessa categoria".

Características comuns dos bens do domínio público:

1) **INALIENABILIDADE** - Estes bens, por estarem afetados (destinados) a fins públicos, estão fora do comércio jurídico de direito privado, são inalienáveis pelas formas de direito privado, como compra e venda, doação, permuta, comodato, locação, etc.

Mas, essa inalienabilidade não é absoluta, excetuando os bens que assim se classificam por força da natureza, tais como praias e rios navegáveis, podem perder esse caráter pelo instituto da **DESAFETAÇÃO**, que é o ato pelo qual um bem passa da categoria de bem de uso comum do povo ou uso especial para bem dominical, perdendo sua destinação pública específica e passando a ser alienável.

A "contrario sensu", podemos classificar a **AFETAÇÃO** como o ato pelo qual o Poder Público converte um bem dominical em bem de uso comum do povo ou bem de uso especial, dependendo de sua destinação, tornando-o inalienável.

Os institutos da desafetação e afetação podem se dar de forma expressa ou tácita. Naquela hipótese, decorre de ato administrativo ou de lei e nesta de atuação direta da Administração, independentemente de manifestação expressa de sua vontade, ou de fato da Natureza (exemplo: leito do rio que seca ou é alterado).

Maria Sylvia Zanella di Pietro entende ser incabível a desafetação pelo "não-uso, ainda que prolongado, como por exemplo, no caso de uma rua que deixa de ser utilizada. Em hipótese como essa, toma-se necessário um ato expresso de desafetação, pois inexistente a fixação de um momento a partir do qual o não uso pudesse significar desafetação".

2) *IMPRESCRITIBILIDADE* -- Traduz-se na impossibilidade de aquisição dos bens públicos pelo usucapião. Com efeito, essa característica é patente e inequívoca no texto constitucional, nos artigos 183, § 3º e 191, § único, que possuem a mesma redação ("os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião").

3) *IMPENHORABILIDADE* - Decorre do art. 100, da CF/88, que ao dispor sobre a forma de execução das sentenças contra a Fazenda Pública, não permite a penhora de seus bens, prevendo o regime dos precatórios judiciais.

4) *IMPOSSIBILIDADE DE ONERAÇÃO* - Isto é, os bens públicos não podem ser gravados com ônus reais (direitos reais de garantia sobre coisa alheia), previstos no art. 755, do Código Civil, quais sejam, penhor, hipoteca e anticrese. Essa vedação possui fundamento constitucional, decorrendo da impenhorabilidade dos bens públicos (art. 100, da CF/88).

De fato, os direitos reais de garantia sobre coisa alheia asseguram ao seu titular, em eventual execução, a penhora do bem gravado com ônus real e posterior alienação judicial. Uma vez que o bem não pode ser objeto de penhora (impenhorabilidade), a garantia real perde sua finalidade, motivo pelo qual não existe sobre os bens públicos.

8.3 Bens do Domínio Privado do Estado ou Bens Dominicais

Os bens dominicais não possuem destinação específica, integrando o patrimônio do Estado. A par disso, submetem-se ao regime jurídico de direito privado parcialmente revogado pelo direito público, ou seja, naquilo que com este não conflitar.

Possuem as mesmas características dos bens do domínio público do Estado, com exceção da inalienabilidade, pois, sendo bens sem destinação pública específica (sem afetação), são alienáveis. Logo, os bens dominicais são impenhoráveis, imprescritíveis e insuscetíveis de ser gravados com ônus reais.

Os bens do domínio público do Estado, podem sofrer a *DESAFETAÇÃO*, que é o ato pelo qual um bem passa da categoria de bem de uso comum do povo ou uso especial para bem dominical, perdendo sua destinação pública específica e passando a ser alienável.

Apenas os bens afetados a fins públicos estão fora do comércio jurídico de direito privado, não podendo ser objeto de relações jurídicas de Direito Civil (compra e venda, doação, comodato, permuta, etc), enquanto não sofrerem a desafetação. Destarte, a inalienabilidade não é absoluta.

8.4 Alienação dos Bens Dominicais

Alienação é toda transferência de propriedade, remunerada ou gratuita. Compreende institutos de direito privado, tais como a compra e venda, permuta e doação, e institutos de direito público, assim considerados a investidura, legitimação de posse, entre outros.

A alienação de bens dominicais exige os seguintes requisitos: o interesse público, prévia avaliação, licitação e autorização legislativa, este último apenas para bens imóveis (art. 17, Lei nº 8666/93).

A licitação apenas é dispensável na doação, permuta, legitimação de posse e investidura.

8.5 Transferência de Uso dos Bens Públicos

A transferência de uso dos bens públicos pode ocorrer mediante institutos de direito público e de direito privado. Passemos a analisá-los:

1. **Autorização de uso** é o ato unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade. Não é conferida com vistas à utilidade pública, mas no interesse privado do beneficiário. Logo, não cria dever de uso, mas sim mera faculdade.

2. **Permissão de uso** é o ato unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração consente que o particular utilize o bem público com exclusividade, para fins de interesse público. Por consequência, obriga o particular a utilizar o bem, dando-lhe a destinação específica. ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação.

A concessão é empregada preferencialmente à permissão nas atividades mais expressivas, de maior vulto e, portanto, mais onerosas para o concessionário, que possui maior garantia por estar assegurado por contrato, com prazo certo, que lhe assegura o equilíbrio econômico-financeiro. Exemplos: concessão de uso do bem como mercados municipais, cemitérios, aeroportos, etc.

Verifica-se que as três (3) espécies de bens públicos (de uso comum, de uso especial e dominical) podem ter seu uso transferido pelos institutos de direito público, o que não ocorre com os institutos de direito privado, que só podem incidir sobre os bens dominicais, como explicado a seguir.

Institutos de direito privado

O emprego dos institutos de direito privado somente é possível para transferência de uso no caso de **bens dominicais**, já que os bens de uso comum e uso especial se encontram fora do comércio jurídico de direito privado (são inalienáveis).

Destarte, os bens dominicais podem ser cedidos por meio de locação, arrendamento, comodato, enfiteuse, etc. Mas, conquanto sejam institutos de direito privado, possuem seu regime jurídico parcialmente alterados por normas de direito público, ao serem aplicados sobre os bens dominicais.

Exemplo disso está na locação de bens imóveis da União, regulada pelo Decreto-lei nº 9760/46, e não sujeita a "disposições de outras leis concernentes à locação". Um de seus dispositivos (art. 89), faculta à Administração a retomada do imóvel a qualquer tempo, por razões de interesse público, independentemente de indenizar o locatário.

O mesmo Decreto-lei nº 9760/46, altera parcialmente o instituto civil do aforamento ou enfiteuse, que permite ao proprietário, no caso a Administração (senhorio direto) atribuir a outrem (enfiteuta), o domínio útil do imóvel, mediante o pagamento de foro anual, permanecendo com o domínio direto. A utilização por particular dos terrenos da marinha, situados na faixa de segurança, a partir da orla marítima, faz-se sob o regime de aforamento ou enfiteuse (art. 49, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

8.6 Terras Devolutas

Constituem espécie do gênero terras públicas, tais como os terrenos da marinha e as terras indígenas, integrando a categoria de bens dominicais, dês que não possuem qualquer destinação pública específica.

Exercícios e Gabaritos

PROVA OAB/MG 2006 - Dezembro

1 - O Secretário Municipal de Política Urbana de determinada Cidade edita portaria que disciplina a concessão de licença para vendedores ambulantes.

Sobre a referida portaria é CORRETO afirmar:

- a) trata-se de ato administrativo simples e normativo.
- b) trata-se de ato administrativo complexo e declaratório.
- c) trata-se de ato administrativo negocial e constitutivo.
- d) não se trata de ato administrativo.

2 - Considere o seguinte : sentença judicial condena o réu pela prática de crime e determina a perda de um terreno em favor do Estado. Como o bem não se lhe revela útil, pretende a Administração aliená-lo.

Na hipótese, é CORRETO afirmar que para a alienação do bem:

- a) a única modalidade de licitação cabível é a concorrência.
- b) a modalidade de licitação será determinada pelo valor de avaliação prévia do terreno.
- c) a modalidade de licitação poderá ser o leilão ou a concorrência.
- d) a realização de procedimento licitatório é considerada inexigível.

3 - Constatando que determinado edital de licitação apresenta pontos conflitantes com a disciplina da Lei n.º 8.666/93, José Américo Brasil protocoliza impugnação do referido ato, 5 dias antes da data aprezada para a abertura dos envelopes de licitação.

Sobre a conduta de José Américo é CORRETO afirmar:

- a) não tem amparo legal ou constitucional, posto que o direito de impugnação de edital pressupõe interesse de agir, sendo privativo de licitante.
- b) tem amparo legal específico, segundo o qual qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital.
- c) encontra amparo apenas na previsão constitucional do direito de petição, uma vez que não há lei prevendo a impugnação de edital de licitação por cidadão.
- d) tem amparo legal, mas foi protocolizado intempestivamente, uma vez que o processo licitatório iniciar-se-á com o ato de recebimento das propostas dos licitantes.

4 - Sobre o ato administrativo é CORRETO afirmar:

- a) por força do princípio da legalidade, os atos administrativos não admitem convalidação.
- b) tanto os atos administrativos vinculados quanto os discricionários são passíveis de revogação.
- c) todos os atos administrativos são presumidamente legítimos, imperativos e dotados de auto-executoriedade.
- d) a finalidade é elemento sempre vinculado do ato administrativo.

5 - Sem cogitar de qualquer pagamento ou indenização, determinada prefeitura instala placas de sinalização em alguns imóveis privados. Cuida-se na hipótese de:

- a) limitação administrativa.
- b) servidão administrativa.
- c) ocupação temporária.
- d) requisição administrativa.

6 - Os membros de mesas receptoras e apuradoras de votos em eleições podem ser classificados como:

- a) agentes políticos.
- b) agentes públicos.
- c) contratados temporários.
- d) funcionários públicos.

7 - A convocação pela Câmara dos Deputados de Ministro de Estado para prestação pessoal de informações sobre assunto previamente determinado:

- a) não se inclui no sistema de controle da Administração Pública.
- b) insere-se no controle interno da Administração Pública.
- c) constitui ato inserido no controle político da Administração Pública.
- d) constitui instrumento de controle judicial da Administração Pública

8 - A retomada coativa do serviço público pelo poder competente, antes do término da concessão, por razão de interesse público denomina-se:

- a) reversão.
- b) encampação.
- c) retrocessão.
- d) ocupação.

GABARITO ▯ 1 A, 2 C, 3 B, 4 D, 5 B, 6 B, 7 C, 8 B

PROVA OAB/MG 2 ABRIL 2006

1. Pela expressão "regime jurídico administrativo" designa-se:

- a) o conjunto de direitos e deveres do servidor público previstos, em parte, na Constituição da República e completado por leis ordinárias dos entes da Federação.
- b) o conjunto de normas gerais sobre Administração Pública fixadas, em plano nacional, pelo Código Administrativo.
- c) o plexo de formalidades legalmente estabelecidas para serem observadas na prática de atos administrativos.
- d) o sistema lógico-jurídico que tipifica o Direito Administrativo, fundado nas prerrogativas e restrições aplicáveis à Administração Pública.

2. Não se inclui entre as hipóteses de utilização do instrumento de ocupação temporária:

- a) a utilização pelo Poder Público de faixa de terreno privado para a instalação de torres de energia elétrica.
- b) a utilização de terreno particular, vizinho a local onde se realiza obra pública, para servir de depósito ao maquinário utilizado pelo Poder Público.
- c) a realização de escavações e pesquisas arqueológicas pelo Poder Público em terreno de propriedade privada.
- d) a ocupação pela Administração Pública contratante de bens particulares do contratado vinculados a contrato administrativo cujo objeto envolva serviços essenciais, em face de rescisão da avença por culpa do contratado.

3. Caracteriza-se como desapropriação indireta

- a) aquela realizada por particular concessionário de serviço público, mediante expressa delegação de poder prevista no contrato de concessão.
- b) aquela que se efetiva sem a observância do procedimento legal específico.
- c) aquela que compreende fase judicial, em face da impossibilidade de acordo entre expropriante e expropriado.
- d) aquela que encerra a finalidade de posterior transferência dos bens expropriados a terceiros.

4. Sobre o contrato de concessão de serviço público é CORRETO afirmar:

- a) o concessionário executa o serviço em seu próprio nome, assumindo, pelo mesmo, responsabilidade civil objetiva.
- b) o poder público concedente pode intervir na concessionária para alterar o preço da tarifa.
- c) o poder público concedente transfere ao concessionário a titularidade do serviço público concedido.
- d) trata-se, em verdade, de ato administrativo, já que as cláusulas são fixadas unilateralmente pelo poder público concedente.

5. No âmbito da organização administrativa brasileira, é criada diretamente por lei a:

- a) autarquia.
- b) empresa pública.
- c) fundação.

d) sociedade de economia mista

6. Aposentado no cargo de advogado de uma autarquia federal, José Américo é nomeado para cargo de confiança de Diretor Financeiro de uma autarquia municipal. Sobre a hipótese, é **CORRETO** afirmar:

a) a nomeação deverá ser revogada, já que na condição de servidor público aposentado, José não poderá exercer outro cargo público.

b) José deverá optar pela remuneração do cargo ou pela percepção dos proventos.

c) José poderá exercer o cargo e receber cumulativamente sua remuneração e os proventos da aposentadoria.

d) José não poderá exercer o cargo, já que a hipótese não se enquadra na previsão constitucional sobre acumulação permitida.

7. São sempre vinculados os seguintes elementos do ato administrativo:

a) sujeito e objeto.

b) objeto e finalidade.

c) forma e motivo.

d) sujeito e finalidade.

8. O Município X pretende realizar licitação para celebrar contrato de fornecimento de merenda escolar pelo prazo de 1 ano. O valor estimado do contrato é de R\$ 700.000,00. Ordenou o Prefeito que a licitação seja feita na modalidade de pregão. Sobre a hipótese é **CORRETO** afirmar:

- a) a ordem não poderá ser cumprida, porque pelo valor estimado do contrato, a única modalidade de licitação cabível é a concorrência.
- b) o pregão não poderá ser adotado, porque a hipótese envolve contrato de trato contínuo.
- c) poderá ser cumprida a ordem e realizada o procedimento licitatório na modalidade de pregão.
- d) o pregão não poderá ser adotado, porque não se trata de contrato de aquisição e, sim, de fornecimento.

GABARITO 7 1 D, 2 A, 3 B, 4 A, 5 A, 6 C, 7 D, 8 C

PROVA OAB/MG DEZEMBRO DE 2005

1 . O Poder de polícia administrativa:

- a) expressa-se, exclusivamente, por meio de atos discricionários.

b) é subespécie do serviço público de segurança pública.

c) pode ser delegado a empresas particulares, conforme, expressamente, autoriza a Constituição da República.

d) está presente quando o Estado confere autorização para porte de armas.

2 . Os princípios constitucionais que regem a atividade administrativa

a) atingem os atos vinculados e discricionários praticados pela Administração Pública.

b) não impedem que a concessão de serviços públicos seja formalizada sem a realização de prévia licitação.

c) atingem apenas a prestação de serviço público.

d) não se aplicam quando a Administração Pública realiza a atividade de fomento.

3 . Partindo da distinção entre as atividades administrativas, é exemplo de serviço público, no direito brasileiro:

a) a atuação na área de siderurgia.

b) o fornecimento de transporte coletivo por empresa concessionária.

c) a imposição de multa.

d) a concessão de benefícios fiscais.

4 . O empregado público:

- a) é espécie do gênero agente público.
- b) é detentor da estabilidade constitucional assegurada aos ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- c) faz jus, pela Constituição da República, à aposentadoria integral, observada, ainda, a paridade.
- d) pode, em certos casos, figurar como autoridade coatora em mandado de segurança.

5. A responsabilidade civil objetiva do Estado, nos termos expressos da Constituição da República:

- a) há de ser apurada mediante processo administrativo. Cabe à vítima, após a conclusão da esfera administrativa, postular a indenização perante o Poder Judiciário.
- b) não atinge os praticados pelas funções constituídas pelo poder público, uma vez que estas se sujeitam ao regime jurídico de direito privado de acordo com texto expresso da Constituição da República.
- c) está condicionada à atuação dolosa ou culposa dos agentes públicos.
- d) está presente quando os empregados das permissionárias de serviços públicos, no exercício de suas funções, causarem danos a terceiros.

6 . Quanto ao regime constitucional dos servidores públicos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) os servidores que exercem função pública temporária se submetem às regras relativas à acumulação de cargos públicos.

- b) como regra geral, a Constituição da República exige estabilidade para a concessão da efetividade.
- c) os servidores estatutários de todo o país, ocupantes de cargos de provimento efetivo ou comissionado, se submetem a um estatuto nacional, que fixará seus direitos e obrigações.
- d) a Constituição da República não exige concurso público para o provimento de empregos públicos.

7 . A respeito das licitações e contratos administrativos, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o pregão é modalidade de licitação empregada para a contratação de serviços comuns e para aquisição de bens comuns, cujo valores se encaixem nos limites fixados em lei.
- b) o concurso é modalidade de licitação voltada para a admissão de serviços públicos.
- c) os contratos administrativos podem ser alterados quantitativamente, para aumentar ou reduzir a atuação do contratado, se este expressamente aquiescer.
- d) na concorrência é possível o emprego dos tipos menor preço, melhor técnica, conjugação de técnica e preço maior lance (lance), a depender do objeto da contratação.

8 . A respeito da intervenção do Estado no domínio privado, é **CORRETO** afirmar que:

- a) o tombamento não pode atingir vários bens situados no mesmo bairro, sob pena de refletir ocupação temporária.
- b) a declaração de utilidade pública fixa o estado do bem, isto é, suas condições, melhoramentos e benfeitorias existentes.

c) a desapropriação sancionatória, por descumprimento da função social da propriedade urbana, é de competência exclusiva da União.

d) a desapropriação sempre gera direito à indenização prévia em dinheiro.

GABARITO ? 1 D, 2 A, 3 B, 4 D, 5 D, 6 A, 7 D, 8 B

PROVA OAB/MG MARÇO 2005

1. Sobre a previdência social a que se sujeitam os servidores públicos é **CORRETO** afirmar que os servidores

- a) públicos efetivos são filiados ao regime geral de previdência social.
- b) federais não efetivos são filiados ao regime próprio de previdência social.
- c) públicos efetivos, estáveis ou não, são filiados ao regime próprio de previdência social
- d) públicos temporários são filiados ao regime próprio de previdência social.

2. Sobre recurso no procedimento licitatório, marque a opção **INCORRETA**:

- a) O procedimento do recurso administrativo na licitação da modalidade pregão difere do procedimento das demais modalidades.
- b) O ato que homologa licitação desafia recurso administrativo, no âmbito do próprio procedimento licitatório.
- c) O ato que revoga licitação desafia recurso administrativo hierárquico.
- d) Contra o ato que habilita participante em licitação cabe recurso administrativo.

3. Sobre a desapropriação, assinale a opção **CORRETA**.

- a) A desapropriação por utilidade pública e a desapropriação por interesse social típica resultam na mesma destinação do bens.
- b) Na desapropriação há exceção à exigência constitucional de que a indenização seja prévia.
- c) A desapropriação judicial por utilidade pública deve ser paga em título da dívida pública.
- d) A caducidade do decreto expropriatório nos diversos tipos de desapropriação é quinquenal.

4. Marque a opção **CORRETA**. As Organizações Sociais são entidades de direito

- a) privado prestadoras de serviço público mediante contrato de concessão.
- b) privado integrantes da Administração Indireta federal.
- c) público integrantes da Administração Indireta federal.
- d) privado colaboradoras com a Administração Pública mediante contrato de gestão.

5. Todas as opções estão corretas, **EXCETO**:

- a) Os contratos administrativos podem ser rescindidos por culpa do contratado, sem a oitiva desse.
- b) A equação econômico-financeira dos contratos administrativos é imutável.
- c) As hipóteses de dispensa de licitação podem ser ampliadas pelo legislador ordinário.
- d) As modalidades de licitação constituem-se em normas gerais.

6. Considerando a disciplina jurídica sobre a organização administrativa, é **CORRETO** afirmar que

- a) os cargos públicos são unidades de competências sujeitas a regime contratual.
- b) os cargos públicos no âmbito do Poder Executivo são criados por lei e podem ser extintos por decreto, se vagos.
- c) os empregos públicos são unidades de trabalho sob vínculo unilateral.
- d) as funções públicas, na condição de postos funcionais constitucionalmente previstos, devem ser providas por concurso público.

7. Quanto ao controle da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que

- a) o controle interno é obrigatório para o Poder Executivo e facultativo para os demais Poderes.
- b) a autotutela significa o dever de a Administração Direta rever os atos ilícitos das autarquias e das fundações públicas.

c) o Tribunal de Contas tem competência para julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

d) o Tribunal de Contas tem competência para julgar as contas anuais prestadas pelo Chefe do Executivo.

GABARITO ? 1 C, 2 B, 3 B, 4 D, 5 A, 6 B, 7 C

PROVA OAB/MG AGOSTO 2005

1. Sobre a Administração Pública é INCORRETO afirmar que integra a Administração Pública indireta as

- a) fundações de direito privado criadas em virtude de lei autorizativa.
- b) empresas públicas.
- c) empresas privadas prestadoras de serviços públicos.
- d) agências executivas.

56. Sobre as agências reguladoras marque a opção CORRETA.

- a) a criação de agência reguladora é de competência privativa da União.
- b) a agência reguladora pode ser entidade pública de direito privado.

c) a competência regulatória da agência reguladora faculta inovação na ordem jurídica, no âmbito de sua atuação.

d) a administração da agência reguladora é colegiada, por prazo determinado, sendo descoincidentes os mandatos dos membros.

2. Sobre a classificação dos agentes públicos marque a afirmativa INCORRETA.

a) o Presidente da República e os Ministros de Estado são categorias de agentes políticos.

b) os Procuradores dos Estados-membros integram a categoria de agentes políticos.

c) os agentes nomeados para cargos em comissão são integrantes da categoria agentes administrativos.

d) os empregados públicos integram a categoria de agentes administrativos.

3. Sobre a investidura em cargo público é CORRETO afirmar que

a) os cargos de chefia no serviço público podem ser ocupados por servidores recrutados fora do quadro de pessoal.

b) a readaptação de servidor público efetivo depende de novo concurso.

c) o acesso é modalidade de investidura derivada.

d) a investidura de cargo na carreira configura hipótese de acesso.

4. Sobre a Responsabilidade Civil do Estado é INCORRETO afirmar que

- a) o Estado não responde pelos danos causados por ato do Poder Legislativo no exercício de sua função primordial.
- b) o Estado pode responder pelos danos causados em virtude de atos judiciais.
- c) as empresas públicas e sociedade de economia mista respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
- d) o Estado responde por danos causados a alunos de escola pública, causado por colega na dependência do estabelecimento.

5. São elementos do ato administrativo segundo a doutrina majoritária:

- a) agente capaz, objeto lícito, forma, finalidade e motivo.
- b) agente competente, objeto, forma, finalidade e motivação.
- c) agente competente, objeto, finalidade, forma escrita ou não proibida por lei.
- d) agente competente, motivo, forma, objeto e finalidade.

6. Sobre licitação é CORRETO afirmar que

- a) o convite é modalidade de licitação da qual participam até 3 (três) convidados previamente cadastrados.
- b) o pregão é modalidade de licitação tendo por objeto a compra de bens e contratação de serviços comuns, do tipo menor preço, sem limite de valor.
- c) o pregão é modalidade de licitação destinada a compra e contratação de serviços comuns, do tipo melhor técnica e menor preço.
- d) a tomada de preços é modalidade de licitação que permite conhecer o valor das propostas financeiras antes da habilitação.

7. Sobre a Ação de Mandado de Segurança, marque a opção INCORRETA. Em face de ato praticado:

- a) pelo Procurador-Geral da República a competência para julgar originariamente é do STF.
- b) por Ministro de Estado a competência é do STJ.
- c) por Diretor ou Delegado Regional de qualquer dos Ministérios a competência é do TRF.
- d) por Diretor ou Delegado Regional de qualquer dos Ministérios a competência é da Justiça Federal da Região.

GABARITO ? 1 C, 2 D, 3 B, 4 A, 5 A, 6 D, 7 B, 8 C

PROVA 132º OAB/SP

01. Vítima da chamada "bala perdida" teria mais condições de ser indenizada pelo Estado brasileiro se nossa constituição adotasse a teoria da responsabilidade

- (A) subjetiva do risco integral.
- (B) objetiva do risco administrativo.
- (C) subjetiva do risco administrativo.
- (D) objetiva do risco integral.

02. Após regular Concorrência Pública e celebração do consequente contrato de concessão de rodovia, precedida de obra pública, a Administração Pública concluiu,

tecnicamente, pela necessidade de agregar à malha viária concedida um trecho suplementar, com alteração da localização de uma praça de pedágio. Pode a autoridade concedente alterar o objeto do contrato, para incluir essas modificações?

(A) Sim, pelo princípio da mutabilidade dos contratos administrativos, desde que a alteração se justifique pelo interesse público, não desfigure a essência do contrato e seja mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

(B) Não, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

(C) Sim, desde que a motivação da alteração tenha existido desde a adjudicação.

(D) Não, a não ser que presentes, concomitantemente, três condições: o edital preveja alteração contratual, sejam respeitados os limites quantitativos expressos na lei de licitações e haja anuência da licitante vencedora da concorrência.

03. Um perito judicial que receba um bem imóvel para elaborar laudo que favoreça uma das partes em juízo, pode ser enquadrado no conceito de improbidade administrativa?

(A) Não, porque a improbidade administrativa não se aplica à função judicial.

(B) Sim, por se tratar de desvio ético de conduta de agente público no desempenho de função pública.

(C) Sim, desde que o perito seja funcionário público.

(D) Não, porque seu enriquecimento ilícito não acarretou danos à Administração.

04. A Lei que criou a Agência Nacional de Telecomunicações ? ANATEL ? estabeleceu, dentre outros requisitos, que ela teria independência administrativa, autonomia financeira e seria vinculada ao Ministério das Comunicações. Isso significa que a ANATEL é

(A) uma empresa pública independente.

(B) uma autarquia.

(C) um ente da Administração Direta.

(D) um ente da Administração Indireta subordinada ao Poder Executivo (Ministério das Comunicações).

05. Não caracterizam prerrogativas de potestade pública:

(A) a presunção de legitimidade de seus atos.

(B) a exigibilidade.

(C) o interesse público primário.

(D) a imperatividade.

06. Após o órgão ambiental ter autorizado o Governo a implantar a transposição das águas do Rio São Francisco, e tendo a Administração Pública iniciado os respectivos trabalhos, constatou-se que os laudos do órgão ambiental foram sustentados em erros que poderiam prejudicar a implementação do projeto. Em face disso, a autoridade ambiental

(A) deve declarar nula sua decisão autorizativa, o que determinará a suspensão da obra até posterior nova decisão.

(B) deve revogar a licença concedida, após ouvir as partes interessadas.

(C) deve obter decisão do Poder Judiciário para revogar a licença concedida.

(D) não pode anular ou revogar a licença, por se tratar de ato jurídico perfeito e porque a Administração já teria iniciado os trabalhos.

07. Uma sociedade de economia mista, após regular licitação, celebrou contrato com uma operadora de Plano de Saúde, para oferecer assistência à saúde a seus servidores. O contrato previa prazo de um ano, podendo ser prorrogado por iguais períodos. O Tribunal de Contas, constatando que tal prorrogação deu-se nas mesmas condições das anteriores, entendeu ser ela irregular, instaurando processo para

apurar a responsabilidade dos agentes envolvidos. Está correta a decisão do Tribunal de Contas, sabendo-se que o edital previa prorrogações?

(A) Sim, porque a lei de licitações estabelece prazo máximo de cinco anos para contrato de prestação de serviços.

(B) Não, porque a lei de licitações permite prorrogações de contrato por até cinco anos.

(C) Sim, porque como a lei veda contrato administrativo com prazo indeterminado, o edital não poderia ter previsto prorrogações.

(D) Depende; se presentes os respectivos créditos orçamentários, as prorrogações são regulares.

08. Após regular concurso público, uma Prefeitura contratou servidores para o cargo da carreira de fiscal de tributos municipais. Um desses servidores, após terminar a faculdade de direito e ser aprovado no exame da OAB, pleiteou sua transferência para o cargo de assistente jurídico, cargo este de provimento em comissão. Seu pedido pode ser deferido?

(A) Não, porque o cargo de fiscal é de provimento efetivo e não de provimento em comissão.

(B) Não, a não ser que ele passe em concurso público específico para o cargo de assistente.

(C) Sim, desde que o cargo de assistente esteja dentro da mesma carreira do cargo de fiscal.

(D) Sim, desde que o Prefeito queira nomeá-lo, afastando-o do cargo de fiscal.

09. Várias empresas particulares utilizam áreas dentro das estações da Cia. do Metropolitano de São Paulo – Metrô para instalar suas lojas. Essas utilizações de bens do Metrô, que são remuneradas, podem ser efetivadas por permissão de uso de bem público?

(A) Não, porque o Metrô realiza serviço público (transporte público), logo, todos seus bens são públicos e só podem ser cedidos gratuitamente por concessão ou permissão de serviço público, após regular licitação.

(B) Não; por se tratar de sociedade de economia mista, sob regime privado, todos os bens do Metrô são privados, inclusive as estações, razão pela qual elas só podem ser cedidas por contrato de locação ou comodato, com base no Código Civil.

(C) Sim, porque como sociedade de economia mista da Administração Indireta Estadual, o Metrô tem patrimônio próprio, constituído de bens dominicais que, embora afetados ao serviço, podem ter seu uso cedido ou alienado a particulares, por permissão ou concessão de direito real de uso.

(D) Sim, porque como sociedade de economia mista prestadora de serviço público (transporte público), ela pode ceder o uso de seus bens a particulares, tendo em vista a realização de interesse público.

10. O Estatuto da Cidade, com o objetivo de implementar o direito à moradia, regularizando os assentamentos habitacionais urbanos irregulares, estabeleceu o instituto

(A) da desapropriação para a reforma agrária.

(B) da usucapião coletiva.

(C) do tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano.

(D) da limitação administrativa.

GABARITO ? 1 D, 2 A, 3 B, 4 B, 5 C, 6 A, 7 A, 8 D, 9 D, 10 B

PROVA 131º OAB/SP

01. Caracteriza ato complexo:

- (A) o veto do Poder Executivo a projeto de lei aprovado pelo Legislativo.
- (B) a aprovação de tratado internacional.
- (C) a decisão da autoridade competente para dispensa de servidor.
- (D) o acórdão do Tribunal de Contas da União.

02. Um Tribunal de Contas pode anular um ato administrativo editado sem nenhum vício de formalidade ou legalidade, sob a alegação de que, embora o ato administrativo atenda aos comandos legais, ele estaria desvinculado com o seu resultado?

- (A) Sim, pelos princípios da finalidade e da eficiência, o Tribunal de Contas pode avaliar se os atos administrativos estão ou não vinculados às políticas públicas de derivação constitucional.
- (B) Não, porque o ato preencheu todos os requisitos legais.
- (C) Sim, porque cabe ao Tribunal de Contas a palavra final sobre a discricionariedade dos atos administrativos.
- (D) Não, porque o Tribunal de Contas não tem competência para analisar a finalidade dos atos administrativos, e sim, apenas a sua economicidade.

03. Não se enquadra(m) no espírito de governança consensual e participativa, entre Estado e particulares:

- (A) o direito de impugnação de edital.
- (B) as audiências públicas.
- (C) as nomeações de particulares para diretores de agências regulatórias.
- (D) as parcerias público-privadas.

04. O conceito de serviço público não alberga:

- (A) a titularidade própria do Estado.
- (B) o princípio da livre iniciativa.
- (C) a sua executoriedade pelo regime público.
- (D) a possibilidade de delegação do seu exercício a particulares.

05. Em um imóvel anexo a uma escola, de propriedade de um município, decidiu-se plantar árvores frutíferas, para melhorar a merenda escolar. Passados alguns anos, constatou-se que a escolha das árvores frutíferas não foi a melhor, visto que formigas infestaram essas árvores, causando problemas aos alunos e professores. Como a escolha discricionária das árvores frutíferas coube ao Secretário da Educação, pode-se impugnar a validade do ato decisório desse Secretário, sob a alegação de que referido ato não obedeceu ao princípio da eficiência?

- (A) Não, se na época da escolha discricionária esta pôde ser reputada como a melhor.
- (B) Sim, porque o agente público responde sempre pelos seus atos, ainda que estes venham a se revelar insatisfatórios em tempos posteriores.
- (C) Não, porque escolhas discricionárias só podem ser impugnadas se caracterizarem desvio de poder.
- (D) Sim, porque todos os atos administrativos que determinam escolhas discricionárias podem ser revogados por qualquer vício, inclusive de ineficiência.

06. Entende-se que as entidades estatais exploradoras de atividades econômicas não estão obrigadas a realizar licitação

- (A) desde que seja para contratação de obras ou de atividades econômicas.
- (B) porque se sujeitam ao mesmo regime jurídico das empresas privadas.
- (C) porque a Lei de Licitações, expressamente, as dispensa desse procedimento.
- (D) para as operações enquadráveis em sua atividade-fim.

07. Em execução judicial sofrida pela Companhia do Metropolitano de São Paulo-METRÔ, foi determinada a penhora dos seus recursos financeiros. O STF concedeu liminar suspendendo cautelarmente tal decisão, sob o fundamento de que:

- (A) a empresa presta serviço público essencial, sobre o qual recai o princípio da continuidade.
- (B) se trata de sociedade de economia mista, que não pode ter seus bens penhorados.
- (C) se trata de entidade estatal que exerce atividade econômica em sentido estrito, não podendo ocorrer descontinuidade nesse exercício.
- (D) os recursos financeiros do METRÔ têm natureza de bem público, razão pela qual só podem ser penhorados no regime de precatórios.

08. Dois prefeitos de cidades vizinhas contrataram um mesmo engenheiro, com ótima qualificação funcional, para ocupar cargos em comissão de Chefe de Gabinete desses municípios. Estão corretos tais procedimentos?

- (A) Não, a não ser que haja compatibilidade de horários, visto que se trata de municípios vizinhos.
- (B) Sim, porque se trata de cargos em comissão.
- (C) Não, porque a Constituição Federal veda acumulação desses cargos.

(D) Sim, desde que o engenheiro realmente tenha boa qualificação e abra mão de uma das remunerações.

09. Após regular procedimento de licitação, uma autarquia celebrou, nos termos do edital, contrato de prestação de serviços com a empresa adjudicatária, pelo prazo fixo de dois anos, vedada qualquer prorrogação. Todavia, vencido esse prazo, a empresa permaneceu prestando serviços por mais três anos, sem contudo ter sido celebrado nenhum aditivo contratual. Vindo o Tribunal de Contas a considerar irregular tal situação, deverá a empresa contratada devolver os valores recebidos?

(A) Sim, porque o edital não estabelecia possibilidade de prorrogação do contrato.

(B) Não, pelo princípio da vedação do enriquecimento sem causa, podendo, no entanto, sofrer punição (multa, declaração de inidoneidade, etc).

(C) Não, porque se trata de prestação de serviços e o prazo total não ultrapassou 5 (cinco) anos.

(D) Sim, a não ser que a prorrogação tenha ocorrido por demora, por parte da autarquia, na finalização de novo procedimento licitatório.

10. Existem determinadas tarefas públicas que não podem ser transferidas aos particulares, porque fazem parte do núcleo duro do Estado. Por exemplo,:

(A) a atividade técnica destinada a verificar se um interessado preenche os requisitos legais para dirigir veículo.

(B) a emissão de ato jurídico-administrativo reconhecendo que o interessado preenche os requisitos legais para dirigir veículo.

(C) a elaboração de laudo referente à compatibilidade de determinado equipamento com as normas técnicas e regulamentares vigentes.

(D) o exame psico-social em preso, para possibilitar redução da sua pena ou regime prisional menos severo.

PROVA 130º OAB/SP

1. É característica própria da concessão patrocinada, que a distingue da concessão comum,:

- (A) a possibilidade de recebimento de receitas alternativas.
- (B) a repartição objetiva de riscos entre as partes.
- (C) a possibilidade de a Administração ser considerada a única usuária do serviço.
- (D) ser o concessionário remunerado apenas com as tarifas dos usuários.

2. Em uma concorrência pública, todas as licitantes habilitadas tiveram suas propostas técnicas desclassificadas, porque nelas não incluíram a realização de algumas obras, conforme exigido pelo edital. A Comissão de Licitação concedeu o prazo de 8 dias para que todas as licitantes habilitadas apresentassem novas propostas técnicas, escoimadas dos vícios. Está correto este procedimento?

- (A) Sim, desde que a Comissão permita que os licitantes alterem também suas propostas comerciais, em face da inclusão das novas obras, sob pena de os licitantes poderem apresentar preços inexeqüíveis.
- (B) Não, a não ser que a Comissão reabra o prazo também para que as licitantes anteriormente inabilitadas apresentem nova documentação, sem os vícios que as inabilitaram.
- (C) Sim, desde que o edital contenha tal previsão e haja solicitação dos licitantes desclassificados.
- (D) Não, porque com esse proceder, a Comissão estará ferindo o princípio da

vinculação ao instrumento convocatório.

3. Sob o enfoque de que com o estreitamento dos laços entre a Administração Pública contemporânea e o setor privado estão sendo atenuadas a unilateralidade e a verticalização que caracterizavam os poderes daquela sobre este, a doutrina e a jurisprudência têm aceitado a utilização do juízo arbitral para solução de litígios e controvérsias originados de relação jurídica estabelecida entre essas partes. Nessa linha, há mais condições de se entender possível a utilização de arbitragem para resolver conflitos em relações entre Estado e particular:

- (A) fundadas no estatuto dos servidores.
- (B) em que dominam cláusulas contratuais exorbitantes.
- (C) em que há uma forte correlação entre os direitos e obrigações de ambas as partes.
- (D) decorrentes de concurso público para contratação de servidores celetistas.

4. Pode ser tida como inconstitucional uma lei que, ao estabelecer regras para um determinado processo administrativo, imponha entraves que burocratizam a prestação do serviço público?

- (A) Não, porque tal lei não afronta o princípio da legalidade.
- (B) Não, porque se trata de lei processual que inova o ordenamento jurídico.
- (C) Sim, porque os princípios da informalidade e da publicidade impedem que se estabeleçam entraves formais ao processo administrativo.
- (D) Sim, se provado que a lei malfez o princípio constitucional da eficiência.

5. Em um contrato de concessão para obras e serviços rodoviários, a empresa concessionária realizou obras de duplicação de pistas, solicitando, após o final das obras, a revisão da tarifa de pista simples para pista dupla, conforme estabelecia o contrato. Por entender que a nova tarifa pretendida encareceria muito o serviço,

prejudicando o usuário, pode o Poder concedente negar à concessionária a revisão tarifária pretendida?

- (A) Sim, pelo princípio da alterabilidade das cláusulas do contrato administrativo.
- (B) Nunca, porque revisão tarifária é um direito da concessionária, que dela não pode abrir mão, sob pena de prejudicar a continuidade do serviço público.
- (C) Não, porque todas as cláusulas financeiras e regulamentares de um contrato de concessão são imutáveis.
- (D) Sim, desde que, com concordância da concessionária, mantenha-se a intangibilidade do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, alterando, proporcionalmente, por exemplo, cláusulas regulamentares, ou o prazo contratual, etc.

6. A empresa pública distingue-se da sociedade de economia mista quanto:

- (A) ao capital da empresa pública que, diferentemente do que ocorre na sociedade de economia mista, deve ficar nas mãos apenas de entes da Administração Pública Direta e de suas entidades da Administração Indireta.
- (B) à subordinação da empresa pública ao respectivo Ministério, enquanto a sociedade de economia mista não se vincula a nenhum órgão do Executivo.
- (C) à autorização legislativa para criar subsidiária e participar de empresa privada, necessária apenas para a empresa pública.
- (D) à necessidade da empresa pública de realização de concurso público para contratação de seus servidores, a despeito de sua forma privada.

7. Autoridade estadual fixou horário para tráfego intermunicipal de uma empresa de ônibus de forma a beneficiar outra empresa de ônibus concorrente. O ato da autoridade estadual pode ser anulado?

- (A) Sim, porque a autoridade estadual não tem essa competência.
- (B) Sim, por desvio de finalidade.

(C) Não, a não ser que descaracterizado o desvio de poder.

(D) Sim, desde que se trate de ato administrativo vinculado.

8. Um Instituto Educacional teve indeferido, pelo Ministro da Educação, seu pedido de autorização para funcionamento de cursos de Graduação nas áreas de Ciências Humanas, sob o sucinto despacho de que referidos cursos seriam "desnecessários" e que haveria, na mesma área, "excesso de oferta de vagas por outras instituições". Há condições de se conseguir, em juízo, a anulação do ato do Ministro?

(A) Sim, desde que o ato discricionário do Ministro afronte dispositivo legal, visto que o Poder Judiciário não tem condições de substituir o Executivo para analisar a conveniência e a oportunidade do ato administrativo.

(B) Não, porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como a Lei de Procedimento Administrativo, dão competência discricionária, de cunho totalmente subjetivo, ao Ministro da Educação, para indeferir autorização para funcionamento de cursos de graduação, sem necessidade de explicitação expressa.

(C) Sim, comprovando, por exemplo, que o ato discricionário do Ministro é ilegal, por falta de motivação suficiente, eis que não fundamenta as razões nem explicita a adequação da decisão em face do interesse público.

(D) Não, porque a motivação, na edição do ato administrativo discricionário, pode restringir-se a mera referência a prejuízo ao interesse público, sem necessidade de explicitação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que lhe dão base.

9. Na forma da Constituição Federal vigente, as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Em face disso, diz-se que :

(A) o requisito de subjetividade é reservado apenas para a ação regressiva contra o agente público responsável.

(B) a responsabilidade objetiva alcança a conduta do funcionário ainda que fora do âmbito de suas funções.

(C) a responsabilidade objetiva do Estado, no direito brasileiro, alcança todos os danos decorrentes de atividade ou omissão estatal, desde que, neste último caso, fique comprovada a culpa concorrente da vítima.

(D) todas as pessoas jurídicas de direito público respondem sempre por todos os danos causados pelos seus agentes públicos, independentemente de aferição da culpa e da existência de nexo de causalidade com o dano.

10. Agente Penitenciário é demitido do cargo público, em processo administrativo disciplinar, sob alegação de que ele teria afrontado normas estatutárias, ao introduzir telefone celular no presídio. No processo penal instaurado pelas mesmas razões, o agente penitenciário foi absolvido por ausência de provas. Pleiteou então, o agente, reintegração no cargo público, o que foi negado pela Administração Pública, sob alegação de que:

(A) a interdependência entre as esferas penal e administrativa resulta que nenhuma decisão penal absolutória possa influir na esfera administrativa, a não ser que a Administração Pública seja parte em ambos os processos.

(B) a decisão penal absolutória não retroage e na imposição da pena administrativa foram assegurados a ampla defesa e o contraditório.

(C) a absolvição penal reconheceu a inocorrência do fato imputado, mas calcada em base jurídica diversa.

(D) são independentes as esferas administrativa e penal e a absolvição penal não reconheceu a inexistência do fato ou a negativa de autoria.

GABARITO 1 B, 2 A, 3 C, 4 D, 5 D, 6 A, 7 B, 8 C, 9 A, 10 D

1. O posicionamento doutrinário contrário à participação da Administração Pública em processos privados de solução de litígio (arbitragem, por exemplo) não se funda:

- (A) na competência regulatória do Poder Público.
- (B) na indisponibilidade do interesse público.
- (C) na indispensabilidade de autorização legislativa específica.
- (D) na inafastabilidade do acesso ao Judiciário.

2. No campo da Responsabilidade Extracontratual do Estado, diz-se que este não se converte em Segurador Universal, visto que o direito brasileiro não adota a teoria

- (A) do Risco Administrativo.
- (B) da Responsabilidade objetiva nos casos de nexos causal.
- (C) do Risco Integral.
- (D) da Responsabilidade subjetiva por condutas comissivas.

3. A Emenda Constitucional n.º 9/95 flexibilizou o monopólio da atividade do petróleo, permitindo que empresas privadas participem, por exemplo, da atividade de pesquisa e lavra do petróleo, em regime de livre concorrência. Para tanto, as empresas privadas devem

- (A) celebrar com a Agência Nacional do Petróleo - ANP contrato de concessão de serviço público.
- (B) celebrar com a União contrato de concessão de exploração de bem público.
- (C) ser autorizadas pela Petrobras para exploração de atividade econômica, após regular procedimento licitatório.

(D) celebrar contrato de concessão para exploração de atividade econômica com a União, via Agência Nacional de Petróleo - ANP.

4. A frase "A decisão adotada por ocasião da aplicação da lei não reflete avaliações livres e ilimitadas do administrador, mas traduz a concretização da solução mais adequada e satisfatória, tomando em vista critérios abstratamente previstos em lei ou derivados do conhecimento técnico-científico ou da prudente avaliação da realidade" reflete, em relação ao agente público, os limites

(A) da fiscalização do Tribunal de Contas competente.

(B) da sua competência vinculada.

(C) do controle externo cabível sobre sua competência arbitrária.

(D) da sua ação discricionária.

5. A Lei n.º 11.107, de 06.04.2005, regulamentando o artigo 241 da Constituição Federal, disciplinou a gestão associada de atividades entre os entes federados mediante transferência total ou parcial de encargos, pessoal e bens essenciais à continuidade de serviços públicos. O instituto disciplinado por essa lei chama-se

(A) contrato de gestão.

(B) parceria público-privada.

(C) convênio privado.

(D) consórcio público.

6. Um contrato a ser celebrado entre o Poder Público e o privado não poderá ser considerado parceria público-privada se

(A) o seu objeto for exclusivamente execução de obras.

(B) envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

(C) o seu valor for superior a R\$ 20.000.000,00.

(D) o seu prazo de duração for de 10 anos.

7. Ao cabo de um contrato de concessão, os bens afetados à prestação do serviço serão revertidos ao ente público concedente, em função do princípio da continuidade do serviço público. Essa reversão ao patrimônio público implica indenização à concessionária?

(A) Sim, desde que os investimentos nesses bens não tenham sido amortizados pelas tarifas.

(B) Não, porque no regime da concessão de serviço público os bens não são da concessionária, mas sim do Poder Público.

(C) Sim, desde que tenha havido revisão no contrato para restabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

(D) Nunca, porque o prazo da concessão foi estabelecido no edital de licitação, e indenização a seu final implicaria enriquecimento ilícito da concessionária.

8. Decisões do STJ em Mandados de Segurança impetrados por Rádios Comunitárias determinaram aos órgãos administrativos competentes que se abstivessem de tolher a atuação das impetrantes, enquanto não decidissem seus pleitos de autorização de funcionamento, formulados há mais de 3 anos. Tais decisões, que permitiram o exercício precário de serviço de radiodifusão sonora sem as devidas autorizações,

(A) não têm sustento jurídico, porque não há nenhum princípio ou norma constitucional que determine à Administração agir rapidamente.

(B) foram calcadas nos princípios da eficiência e da razoabilidade, exigidos da atuação do administrador público.

(C) foram calcadas nos princípios da legalidade e da supremacia do interesse público primário.

(D) afrontam as normas do processo administrativo.

9. Uma Prefeitura realizou concurso público para provimento dos cargos públicos de escriturário. O edital do concurso exigia que o candidato tivesse o 2.º Grau completo. Após 10 anos da nomeação dos candidatos aprovados, necessitando a Prefeitura prover, urgentemente, cargos de advogado, realizou concurso interno entre os escriturários que tivessem completado o curso de direito. Esse procedimento está correto?

(A) Não, porque isso caracterizaria readaptação de cargo, possível apenas se previsto no edital do primeiro concurso.

(B) Sim, porque os candidatos possuem o requisito necessário e já haviam sido aprovados em concurso público anterior.

(C) Não, porque o ingresso em cargo público só pode ocorrer após aprovação em concurso público.

(D) Sim, porque havia urgência para o provimento dos cargos e a seleção interna respeitou os requisitos necessários para o provimento de cargo de advogado.

10. Um secretário municipal, sob o argumento de reestruturar o sistema de ensino do Município, removeu uma diretora de escola municipal para um bairro distante. Inconformada, a diretora recorreu ao Prefeito, alegando que a sua remoção ocorrera unicamente porque seu marido teria brigado com o secretário. O que deve o Prefeito fazer, se confirmado o alegado pela diretora?

(A) Editar ato administrativo avocatório, desconcentrando a eficácia do ato de remoção.

(B) Convalidar o ato, com efeito retroativo, corrigindo o desvio de poder.

(C) Revogar o ato, com efeito retroativo.

(D) Declarar nulo o ato da remoção, com efeito retroativo.

GABARITO 1 A, 2 C, 3 B, 4 D, 5 D, 6 A, 7 A, 8B, 9 C, 10 D

PROVA OAB/DF 2006 3º EXAME

1. Um agente público, fiscal do cumprimento da legislação trabalhista, aplicou uma multa contra um determinado empregador, apesar de ciente da ausência de infração à lei, tão-somente para obter um aumento de ingressos pecuniários nos cofres públicos. Diante da situação apresentada é CORRETO afirmar que o ato administrativo praticado é:

- (A) **lícito** porque observa o princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular;
- (B) **lícito** porque consagrou a prevalência do interesse público secundário sobre o primário;
- (C) **ilícito** porque consagrou a prevalência do interesse público secundário sobre o primário;
- (D) **ilícito** porque consagrou a prevalência do interesse público primário sobre o secundário.

2. O dirigente de um órgão público, com o objetivo de prejudicar, por razões estritamente pessoais, determinado servidor público, efetiva a remoção desse último para localidade cinco vezes mais distante de sua residência (quando considerada a lotação anterior ao ato de movimentação funcional). Diante da situação apresentada é CORRETO afirmar que o ato administrativo praticado é:

- (A) **lícito**, apesar de inconveniente;
- (B) **ilícito** porque envolve um desvio de finalidade;
- (C) **ilícito** porque envolve uma manifestação de incompetência funcional;
- (D) **ilícito** porque envolve uma reversão fraudulenta.

3. Entre as tendências atuais do Direito Administrativo Brasileiro encontramos um forte movimento no sentido da ampliação da discricionariedade administrativa constatado nas idéias de substituição da Administração burocrática pela Administração gerencial e de defesa de uma maior liberdade decisória das autoridades públicas. Qual dos seguintes elementos funciona atualmente como poderoso limite à discricionariedade administrativa:

- (A) o princípio da inafastabilidade da jurisdição;
- (B) o princípio da unidade de jurisdição;
- (C) o princípio da razoabilidade (ou proporcionalidade);
- (D) o princípio do duplo grau de jurisdição.

4. Quando a lei define que o dever de obediência do servidor público não abrange os atos ou ordens manifestamente ilegais, temos um abrandamento da presunção de:

- (A) legalidade do ato administrativo;
- (B) auto-executoriedade do ato administrativo;
- (C) veracidade do ato administrativo;
- (D) imperatividade do ato administrativo.

5. A ordenação das propostas de acordo com uma "média ponderada" envolvendo critérios técnicos e de preço caracteriza um(a):

- (A) tipo de licitação;
- (B) princípio aplicável ao processo licitatório;
- (C) modalidade de licitação;
- (D) hipótese de dispensa de licitação.

6. O Secretário de Finanças do Distrito Federal resolve retirar da ordem jurídica um ato administrativo normativo que, depois de 2 (dois) anos de sua adoção, revela-se inconveniente. Assim, para eliminar a produção de efeitos futuros do ato, resguardados os efeitos lícitos produzidos durante os 2 (dois) anos referidos, a mencionada autoridade pública deve:

- (A) anular o ato;
- (B) revogar o ato;
- (C) convalidar o ato;
- (D) autuar o ato.

7. Não possui personalidade jurídica de direito público:

- (A) Município;
- (B) Agência Nacional de Águas (agência reguladora federal);
- (C) Território;
- (D) Presidência da República.

8. A distribuição de atribuições entre os vários órgãos integrantes do Ministério da Fazenda caracteriza:

- (A) delegação de competências;
- (B) descentralização administrativa;
- (C) avocação administrativa;
- (D) desconcentração administrativa.

9. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) a União pode desapropriar terreno de marinha onde for localizada cultura ilegal de plantas psicotrópicas;

- (B) o adequado aproveitamento do solo urbano pode ser exigido pelo Poder Público municipal sob pena de constituição de servidão administrativa;
- (C) uma praça, bem público de uso comum, pode ser alienada depois da pertinente desafetação;
- (D) as limitações administrativas à propriedade, previstas em leis municipais, são incompatíveis com a garantia constitucional do direito de propriedade.

10. Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) o princípio da razoabilidade somente é aplicado pelo administrador público na forma e nos casos taxativamente previstos em lei;
- (B) a motivação é obrigatória nos atos administrativos discricionários;
- (C) a motivação é obrigatória nos atos administrativos vinculados;
- (D) a desapropriação indireta, consagrada na incorporação de CORRETO bem imóvel ao conjunto de bens públicos de uso especial, resolve-se em perdas e danos.

GABARITO ? 1 C, 2 B, 3 C, 4 A, 5 A, 6 B, 7 D, 8 D, 9 C, 10 D